

# TCE-SP flagra uso de emendas Pix em repasses aparentes e sobrepreços

## TCE-SP flagra uso de emendas Pix em repasses a parentes e sobrepreços

Preferências não têm sistemas de controle interno para fiscalizar as próprias despesas; auditoria analisou verbas de 2023 a 2025 a projetos que totalizaram R\$ 52 milhões

Bruno Ribeiro

**SÃO PAULO.** Uma auditoria inédita do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) sobre o pagamento de emendas Pix de deputados estaduais e vereadores paulistas mostrou que esses recursos vão, em sua maioria, para obras e serviços feitos sem plano de trabalho, o que torna impossível rastrear se o dinheiro foi gasto como prometido.

Na auditoria especial, que se debruçou sobre 66 emendas de 2023 a 2025 a prefeituras e entidades filantrópicas, além de obras feitas sem licitação adequada, o corpo técnico do TCE-SP encontrou emendas pagas a entidades controladas por parentes dos políticos que as indicaram e indícios de superfaturamento.

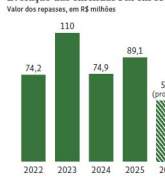
Os deputados estaduais autônticos das verbas afirmaram desconhecer os resultados da fiscalização do TCE-SP e prometeram tomar providências. As prefeituras que retomaram o contato da Folha afirmaram que não foram notificadas pelo órgão de controle ou negaram irregularidades.

As emendas Pix são repasses a prefeituras sem a necessidade de que elas assinem convênios específicos com o governo estadual. Elas ficam na classe das emendas impositivas – gastos que o Executivo tem obrigação de fazer.

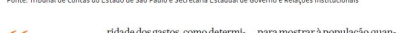
Na esfera federal, as apurações de desvio de finalidade relacionadas a esses gastos são alvo de inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal), com decisões do ministro Flávio Dino que chegaram, no ano passado, à suspensão dos repasses a algumas prefeituras.

Em São Paulo, para elaborar um diagnóstico sobre transparência, rastreabilidade e regula-

**Evolução das emendas Pix em SP**  
Valor dos repasses, em R\$ milhões



**Fiscalização especial do TCE\***  
Total de emendas fiscalizadas: 66



\* Auditoria especial, feita por amostragem pelo TCE cruzando prestações de contas de prefeituras, Alep, câmaras municipais e governo de SP, em emendas Pix pagas entre 2023 e 2025, cada emenda pode ter mais de uma irregularidade. Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria Estadual de Governo e Relações Institucionais

**66** total de repasses, entre quase 2.000 emendas Pix pagas, escolhidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para análise de riscos

**58** total de projetos analisados pelo TCE-SP sem plano de trabalho, maioria das prefeituras do estado não possui sistema de acompanhamento de despesas

riedade dos gastos, como determinou o STF, o TCE selecionou emendas a partir de uma análise de riscos, entre quase 2.000 emendas pagas, e elaborou a amostra com 66 repasses para 50 prefeituras, que totalizaram R\$ 52 milhões. Cerca de 30% desse valor foi composto por transferências municipais – de cidades que pagam emendas Pix de vereadores para organizações sociais.

A partir do levantamento prévio, o escrutínio foi da indicação parlamentar ao término do serviço, o que incluiu inspeções em campo. O período em foco foi 2024, incluindo indicações em 2023 e serviços pagos em 2025.

Das verbas vistoriadas, 58 foram para atividades sem plano de trabalho, o que dificulta qualquer acompanhamento do uso do dinheiro público. Além disso, as prefeituras não têm sistemas de controle interno para fiscalizar as próprias despesas nem áreas no portal da transparência

para mostrar à população quanto em emendas o município recebeu e como gastou.

Os casos que mais chamaram a atenção dos auditores foram cinco ocorrências de indícios de sobrepreço ou superfaturamento e quatro de conflito de interesses, incluindo beneficiários de emendas ligados a políticos.

Um deles foi uma emenda de R\$ 300 mil indicada pelo deputado estadual Guto Zacarias (Missa) para a compra de coletes balísticos para a CCM (Guarda Civil Municipal) de São Caetano do Sul, na Grande São Paulo. Segundo o relatório, a ata de registro de preços usada para a compra abrangia coletes e capas, mas as capas não foram entregues, o que resultou em um superfaturamento de R\$ 42 mil.

Zacarias disse à Folha que cobraria explicações. "Sou o deputado que mais destinou emendas para a segurança pública e quero saber todos os detalhes

de cada centavo enviado", disse. Ele encaminhou cópia de ofícios feitos ao Ministério Público e à Assembleia Legislativa de São Paulo, após o contato com a reportagem, para pedir providências. A prefeitura afirmou que a compra foi regular.

Já em Santa Isabel, a prefeitura recebeu R\$ 350 mil do deputado Jorge do Carmo (PT) para a construção de uma ponte na estrada Diniz Alberto Lopes. A ponte foi feita sem projeto básico, por meio de um pregão presencial e sem estar no orçamento da cidade. Para o TCE, as práticas indicam gastos irregulares. A Prefeitura de Santa Isabel não respondeu. Jorge do Carmo disse que acompanhou a execução das obras da ponte, mas que não sabia que a construção não tinha projeto. "O prefeito não me mostrou, mas também não pediu", disse. O deputado afirmou que o papel dele foi acompanhar se a obra foi feita e se o recurso foi empregado, visitando o local após o término do trabalho.

Entre os repasses feitos a parentes de políticos, um dos casos apontados pelo TCE foi o do vereador de Sorocaba Fábio Simoa (Republicanos). Segundo o órgão, ele indicou emenda de R\$ 105 mil para uma entidade social gerenciada por parentes de outro vereador da cidade. O mesmo fez Reynaldinho (PSD), de Arujá, com um repasse de R\$ 29,8 mil para uma entidade presidida pelo filho, conforme a auditoria. O STF proibiu a prática.

Simoa disse, em nota, que outros vereadores indicaram emendas para a entidade citada pelo TCE-SP e que o presidente da organização não tem parentesco com nenhum dos membros da Câmara. Ele disse estar à disposição para esclarecimentos. Reynaldinho não respondeu.

Além dos casos individuais, o TCE identificou uma falha estrutural: ao receber recursos extras sem convênios com o governo, os valores em geral vão para as contas comuns das cidades, usadas em gastos de custeio, o que impossibilita o rastreamento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 12